

## Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão: um processo histórico conservacionista?

*Área de Proteção Ambiental Jenipabu and Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão: a historical conservationist process?*

*Área de Proteção Ambiental Jenipabu y Reserva de Desarrollo Sostenible Estadual Punta del Tibarón: un proceso histórico conservacionista?*

Artemísia dos Santos Soares<sup>1</sup>  
Mayara Ferreira de Farias<sup>2</sup>  
Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas UCs de uso sustentável selecionadas para este estudo. Para tanto, se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semiestruturadas com três grupos de agentes, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas. Para a fixação das unidades de análise e categorias, tomou-se como referência autores que realizam crítica à sociedade do consumo e apresentam as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante. Os principais resultados revelam que a criação da APAJ foi movida por uma intencionalidade mercantil gerada por uma atividade turística massificada presente na área, gerada como um consumo de moda e vastamente midiaticado. Já a criação da RDSEPT, apesar de ter também como pressuposto para criação uma pressão mercadológica de atividades econômicas que visavam ali se instalar, embasadas num sentimento de transitoriedade das coisas, tais pressões geraram reações distintas das encontradas na história da APAJ. Ao final, concluiu-se que não se pode desconsiderar o atual contexto de consumo, uma vez que se torna premente um novo posicionamento do ecoturismo na sociedade contemporânea, levando em consideração as raízes teóricas e ideológicas que o criaram, priorizando, portanto, a conservação em sua totalidade, em detrimento do poder hegemônico do consumo.

**Palavras-chave:** Área de Proteção Ambiental. Jenipabu. Ponta do Tubarão. Processo Histórico. Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

**Abstract:** *The research sought to investigate the relationship between conservation and consumption and its influences on ecotourism carried out in the UCs of sustainable use selected for this study. To*

<sup>1</sup> Doutoranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR-UFRN). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) - Campus Maragogi. E-mail: [artemisiasoares@yahoo.com.br](mailto:artemisiasoares@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Turismo pela UFRN (PPGTUR). Pesquisadora Voluntária no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciência Política (UFCG) - Linha de pesquisa: Políticas e desenvolvimento do Turismo. Pesquisadora Voluntária no Grupo de Pesquisa "Educação, Hospitalidade e Tecnologias" (IFRN). Pesquisadora Voluntária no Grupo de pesquisa em Marcas e Marketing (UFRN). E-mail: [mayaraferreiradefarias@gmail.com](mailto:mayaraferreiradefarias@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - Minas Gerais, com Estágio Doutoral na Universidade de Barcelona - Espanha. Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Atualmente é professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cursos de Licenciatura e Bacharelado), Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN (Mestrado e Doutorado). E-mail: [ffazevedo@gmail.com](mailto:ffazevedo@gmail.com)

*do so, a methodological approach was taken as a qualitative approach from a critical perspective, based on bibliographical and documentary research and semi-structured interviews with three groups of agents: managers / technicians, community and ecotourists involved in ecotourism in selected UCs. For the determination of the units of analysis and categories, we took as reference authors who criticize the consumer society and present the main characteristics of the predominant technical-scientific-informational environment. The main results reveal that the creation of the APAJ was driven by a commercial intentionality generated by a mass tourism activity present in the area, generated as a consumption of fashion and vastly mediatized. Already the creation of the RDSEPT, although it also had as a presupposition to create a market pressure of economic activities that aimed to settle there, based on a feeling of transience of things, such pressures generated different reactions from those found in the APAJ's history. At the end, it was concluded that the current context of consumption can not be disregarded, since a new positioning of ecotourism in contemporary society becomes urgent, taking into account the theoretical and ideological roots that created it, thus prioritizing conservation in their totality, to the detriment of the hegemonic power of the consumption.*

**Keywords:** Environmental Protection Area. Jenipabu. Ponta do Tubarão. Historical Process. Sustainable Development Reserve.

**Resumen:** *La investigación buscó averiguar las relaciones entre conservación y consumo y sus influencias en el ecoturismo realizado en las UCs de uso sustentable seleccionadas para este estudio. Para ello, se tuvo como recorrido metodológico un abordaje cualitativo desde una perspectiva crítica, basada en investigación bibliográfica y documental y realización de entrevistas semiestructuradas con tres grupos de agentes, a saber: gestores / técnicos, comunidad y ecoturistas involucrados con el ecoturismo en las UCs seleccionadas. Para la fijación de las unidades de análisis y categorías, se tomaron como referencia autores que realizan crítica a la sociedad del consumo y presentan las principales características del medio técnico-científico-informacional predominante. Los principales resultados revelan que la creación de la APAJ fue movida por una intencionalidad mercantil generada por una actividad turística masificada presente en el área, generada como un consumo de moda y ampliamente mediático. La creación de la RDSEPT, a pesar de tener también como presupuesto para crear una presión mercadológica de actividades económicas que pretendían instalarse, basadas en un sentimiento de transitoriedad de las cosas, tales presiones generaron reacciones distintas de las encontradas en la historia de la APAJ. Al final, se concluyó que no se puede desconsiderar el actual contexto de consumo, ya que se torna urgente un nuevo posicionamiento del ecoturismo en la sociedad contemporánea, teniendo en cuenta las raíces teóricas e ideológicas que lo crearon, priorizando, por lo tanto, la conservación en su totalidad, en detrimento del poder hegemónico del consumo.*

**Palabras clave:** Área de Protección Ambiental. Jenipabu. Punta del Tiburón. Proceso Histórico. Reserva de Desarrollo Sostenible.

## **Introdução**

Na contemporaneidade o ecoturismo tem apresentado forte crescimento no mercado turístico mundial, acompanhando e fomentando um contexto de discussões globais sobre os problemas e as demandas ambientais, bem como evidenciando a necessidade de um aprofundamento científico através de um debate crítico sobre o imperativo do consumo vivido atualmente, questionando-se as dinâmicas de consumo e conservação<sup>4</sup> que permeiam a prática ecoturística.

---

<sup>4</sup> Conservação ambiental é definida como o polo complementar à preservação ambiental. Enquanto esta desenvolve ações preventivas visando a não afetação degenerativa do meio ambiente (ou da natureza), aquela se ocupa com ações corretivas e de manutenção da integridade, da feição e do bem-estar do mesmo meio ambiente. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a conservação da natureza consiste no manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a

Este estudo se dedica a analisar o processo histórico de formação da Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), ambas localizadas no RN, à luz do par contraditório conservação-consumo. A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas UCs de uso sustentável selecionadas para este estudo.

Para tanto, se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semiestruturadas com três grupos de agentes, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas. A pesquisa bibliográfica e documental envolveu também a análise de contexto sobre a região estudada, bem como as bases legais e principais documentos relacionados à gestão das UCs estudadas, como o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) e o Plano de Manejo. Vale informar que para a obtenção de relevantes informações acerca do processo de formação das UCs foram entrevistados também pesquisadores e ambientalistas envolvidos no processo histórico das UCs.

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada análise de conteúdo, sendo esta técnica de análise utilizada objetivando contribuir para o processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens contidas nas entrevistas. A análise foi realizada utilizando-se duas unidades de análise (consumo e conservação) subdivididas em doze categorias (ver quadro abaixo). Para a fixação das unidades de análise e categorias, tomou-se como referência autores que realizam crítica à sociedade do consumo e apresentam as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante, tais como Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e Rodrigues (1996; 2003); e autores que tratam histórica e cientificamente a relevância do conceito de conservação, existente na gênese e no discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características essenciais, como Diegues (1998; 2000), Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman & Rabinovici (2010).

**Quadro 1 - Quadro de análise.**

<b>UNIDADE DE ANÁLISE</b>	<b>CATEGORIAS DE ANÁLISE</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
<b>CONSUMO</b>	<i>Sociedade capitalista e de mercado</i>	<i>Santos (1988; 2001; 2006); A. B. Rodrigues (2001)</i>
	<i>Consumo de moda</i>	<i>Santos (1994)</i>

---

recuperação do ambiente natural, produzindo maiores benefícios com base sustentável (BRASIL, 2000)

	<i>Consumo de massa e para as massas</i>	<i>Santos (1987)</i>
	<i>Transitoriedade das coisas</i>	<i>Guerreiro Ramos (1989)</i>
	<i>Intencionalidade mercantil</i>	<i>Santos (1994)</i>
<b>CONSERVAÇÃO</b>	<i>Ordenamento e limitações</i>	<i>Pires (2002)</i>
	<i>Envolvimento da população</i>	<i>Diegues (1998; 2000)</i>
	<i>Educação Ambiental</i>	<i>Neiman e Rabinovici (2010)</i>
	<i>Interação e convivência</i>	<i>Diegues (2000); A. B. Rodrigues (2001).</i>
	<i>Autossustentabilidade econômica</i>	<i>Pires (2002)</i>
	<i>Participação de atores externos</i>	<i>Neiman e Rabinovici (2010)</i>
	<i>Intencionalidade simbólica</i>	<i>Santos (1994)</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Os principais resultados revelam que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo.

Os resultados também evidenciam que apesar da coexistência de intencionalidades mercantis e simbólicas em ambas UCs, é possível observar a predominância de características fundantes da sociedade do consumo em massa no processo de criação e nas atividades produtivas da APAJ, enquanto na RDSEPT nota-se em certa medida a predominância das características conservacionistas apregoadas pelo ecoturismo.

A partir disso, a presente pesquisa pretende ser fonte inspiradora para que o modo de desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação, especialmente na APAJ e na RDSEPT, seja resultado de ampla reflexão sobre o futuro dos recursos existentes, movida pelo anseio da comunidade, unida aos gestores/técnicos e ecoturistas, na busca por atuações inovadoras que valorizem os saberes locais. Desse modo, propicia-se uma melhor observância aos princípios da conservação em meio a sociedade do consumo em sua dinâmica.

### ***Ecoturismo: uma interpretação segundo as dinâmicas da atual sociedade***

O ecoturismo tem entre seus fatores essenciais, a natureza como atrativo turístico. Nesse sentido torna-se relevante compreender os diferentes olhares dados à natureza no decorrer da história científico-filosófica. Assim, de acordo com Moreira (1990), a expressão natureza (do latim: natura, naturam, naturea ou naturae) aplica-se a tudo aquilo que tem como característica fundamental o fato de ser natural, ou seja, envolve todo o ambiente existente que não teve intervenção antrópica. Dessa noção da palavra, surge seu significado mais amplo, i.e., a natureza corresponde ao mundo material e, em extensão, ao Universo físico e toda sua matéria e energia, inseridas em um processo dinâmico que lhes é próprio e cujo funcionamento segue regras próprias (estudadas pelas ciências naturais).

Nesse sentido, comumente a natureza é vista como “paraíso”, em uma representação mítica (legado da cultura judaico-cristã), e outras vezes vista como “agressiva”. Quanto a esta última representação, observa-se um confronto direto “homem-natureza” inserido na percepção da natureza apartada do homem, visto que, por vezes, assemelhar-se à natureza significa reconhecer “o selvagem” e afastar-se do culturalmente civilizado (Bruhns, 2009).

No século XIX, segundo Engels (1979), o avanço científico permitiu a reação transformadora do homem sobre a natureza que, conforme a visão do período, passou a ser considerada como produção a serviço do homem. Desse modo, a sujeição da natureza ao homem ainda se perpetuava, colaborando para a geração de uma forte dicotomia homem-natureza ainda presente nos dias atuais.

Sintetizando, a história da relação entre o homem e a natureza, na sua evolução, evidencia que o homem nem sempre se preocupou com questões que estivessem ligadas à natureza. Na Idade Média o rompimento com o mito o libertou da submissão à divindade. No Iluminismo foi resgatada a sua essência de “deus” na visão antropocêntrica, usando e abusando dos recursos naturais. Ao tornar-se “deus” de todas as coisas o homem perde a capacidade de sonhar, de sentir, de observar. E, aos poucos este poder o transforma num ser insensível e destruidor, incapaz de se inserir no contexto ambiental, vendo-o apenas como meio passível de exploração e transformação. A natureza, que no início era vista como “fonte de vida”, se transformou em “fonte de lucro”, com o único objetivo de propiciar o acúmulo de riquezas. Nesse sentido, Santos (1994, p. 5) afirma que

*A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.*

De acordo com Reigota (1995, p.74), “o homem contemporâneo [...] dificilmente se considera elemento da natureza, mas sim apartado dela, como observador e/ou explorador; certas vezes como ‘nota dissonante’, um componente depredador”. Todavia, com o crescimento desorganizado das cidades e o conseqüente desgaste da vida urbana, a vida no campo, onde reinava a calma de uma vida bucólica, passou a ser valorizada, motivando a partir desse momento uma apreciação das paisagens naturais (Diegues, 2000).

Nesse contexto, evitar a extinção dos ecossistemas naturais tem se configurado como um dos maiores desafios da humanidade neste século. Além das razões morais que conduzem este desafio, existem as de ordem estética, religiosa, cultural, científica e econômica (Wallace, 2002). Em decorrência desta premente necessidade, diversas políticas

públicas têm sido desenvolvidas com o objetivo de proteger os recursos naturais.

Seguindo a tendência de assegurar a preservação de recursos naturais, o ambientalismo de então, fortemente presente nas políticas de Estado, investiu em criação de Áreas Naturais Protegidas (ANPs). De acordo com Diegues (2000), as primeiras ideias a esse respeito foram geradas nos Estados Unidos, através da criação de parques ou reservas naturais desabitadas, as quais foram sendo implantadas em outros países e sociedades com características ambientais e sociais diferentes. Sendo assim, “o modelo ainda hoje dominante de conservação, estimulado por muitas organizações conservacionistas do Norte e suas associadas nos países do Sul” (op. cit., p. 5).

Em 1980, no movimento ambientalista, surgiu a necessidade de buscar alternativas de atuação e passou-se a incorporar concepções distintas da relação homem-natureza. Nesse contexto, surge o documento “Estratégias mundial para a conservação”, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis (IUCN), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo World Wildlife Fund (WWF). Este documento introduziu o conceito de “conservação”, como também direciona para a apresentação do conceito de “desenvolvimento sustentável”, em 1987, pelo “Relatório Brundtland”, intitulado “Nosso futuro comum” (Pires, 2002), que assim o define: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Assim, os conservacionistas, buscando unir o turismo à conservação da natureza geraram a seguinte conceituação: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” (Lindberg & Hawkins, 2002). Nota-se, portanto, a interligação com as diretrizes do desenvolvimento sustentável constantes no Relatório Brundtland e definidas em 1987 (CMMAD, 1991).

Quanto ao ecoturismo, é fato que na sociedade atual, o crescimento das populações, o aumento do consumo ligado às inovações tecnológicas na vida urbana contemporânea tem tornado o contato com o ambiente natural cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, e o envolvimento do homem com a natureza tem se mostrado mais relacionado ao lazer do que à rotina cotidiana. Sob este aspecto a experiência do mundo natural através do “deslumbramento reverente” possibilita uma identificação com atividades de lazer que vendem a “autenticidade” destes ambientes e mistificam o consumismo industrializado, propiciando a sua mercantilização (Bruhns, 2009).

É nesse sentido que o ecoturismo, enquanto segmento do turismo iniciado com o cunho de “turismo alternativo”, segundo A. Jones (1992 apud Pires, 2002), tem sido criticado por ser não mais do que um precursor do turismo de massas e, portanto, ensejando



direcionamento quanto ao crescimento descontrolado. A partir destas exposições nota-se que, interessados em uma alta demanda, os gestores das ANPs têm relevado a importância e interesses dos residentes e da própria natureza em função da corrida desenfreada pelo lucro. Assim, transformando o que dantes era intocado em mais um objeto da sociedade do consumo e passível de degradação pela alta pressão antrópica.

Nesse sentido, torna-se premente que a natureza seja considerada não mais como um objeto a explorar, mas inclusa em um processo de parceria, i.e., um território de experiência que permita a “religação social”, não relacionada “com um futuro a fazer, mas também com um presente a viver de uma maneira empática com todos” (Maffesoli, 1996).

Desta forma, faz-se necessário pensar o ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo e a elevada massificação dos objetos e ações, dos fixos e fluxos, como uma atividade dita alternativa e consonante com as horizontalidades existentes nos lugares, incluindo-se aí as intenções por trás do processo histórico de criação das UCs nas quais o ecoturismo comumente se realiza<sup>5</sup>.

### **Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ)**

*A APA Jenipabu foi criada em 17 de maio de 1995, pelo do Decreto nº. 12.620 e abrange porções territoriais dos municípios de Extremoz (96,9%) e Natal (3,1%), incluindo as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu (ver Mapa 1). A área da APAJ abrange cerca de 1.739 hectares, e perímetro de 19,6 Km, entre as coordenadas 05° 40' 40"S e 05° 44' 20"S (latitudes) e 35° 12' 10"W e 35° 14' 01"W (longitudes) (Plano de Manejo APAJ, 2009).*

*Segundo o Plano de Manejo da APAJ (2009, s.p.),*

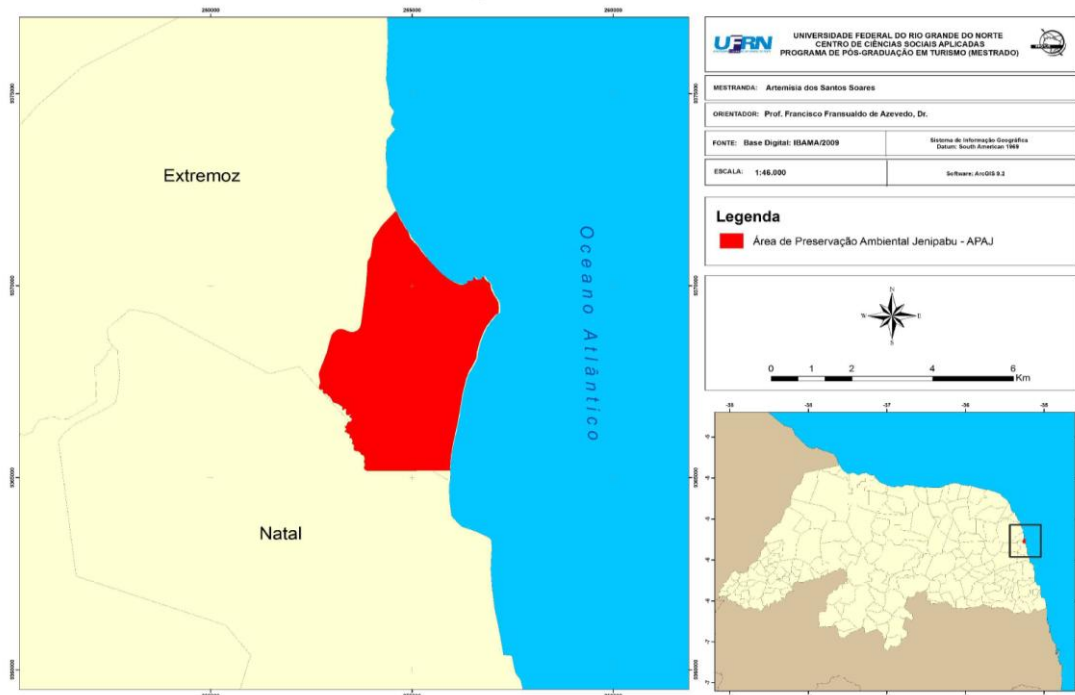
Na APA Jenipabu tem-se o desafio de compatibilizar a proteção e conservação das dunas, lagoas, praias, mangues e tabuleiros, com a visitação, o uso e a ocupação do solo, proporcionando o desenvolvimento sustentável em seu território, o que, em termos regionais, representa a gestão adequada de parte do litoral potiguar.

A APAJ faz parte do bioma costeiro, formado por um mosaico de ecossistemas encontrados ao longo do litoral brasileiro. Manguezais, dunas, restingas, praias, lagoas, matas e outros ambientes importantes exemplificam a diversidade de ecossistemas encontrada.

---

<sup>5</sup> Para compreensão dos conceitos mencionados, cf. a obra *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos).

**Mapa 1 - Mapa de localização da APA Jenipabu.**



Fonte: IDEMA (2007).

Na APA Jenipabu se encontra significativa concentração de atividades diretamente ligadas ao turismo. A paisagem dotada de uma beleza cênica propicia a prática do lazer, recreação e interpretação ambiental. Conforme um dos ambientalistas participantes das primeiras ações para a criação da APAJ, esta paisagem trouxe à região, investidores e, com eles, construção de prédios de altos gabaritos como informa um dos entrevistados (Leia-se TC – Técnico Gestor):

Primeiro com a construção daquele edifício, “né”? Foi o único edifício construído, foi construído no governo Geraldo Melo, isso foi em 1986 (mil novecentos e oitenta e seis), 87 (oitenta e sete), não lembro bem a data. E a gente fez um movimento contra a construção do edifício, que no final houve um produto interessante que foi um decreto governamental do governador, estabelecendo um gabarito pra ocupação litorânea, era mais ou menos em torno de 200 m (duzentos metros) a partir da linha de costa, você só poderia ter 2 (dois) andares, aí ela depois liberava. Então isso aí foi uma vitória muito grande, sabe? (TG11).

Entretanto, o passeio de buggy nas dunas é a prática mais divulgada. Iniciada na década de 80 tratava-se apenas de diversão para aqueles que possuíam o buggy. Conforme a ela foi sendo divulgada, passou a atrair o interesse dos turistas e logo se transformou em atrativo local, gerando intensa demanda. A divulgação desses passeios, por sua vez, aumentou a demanda turística e a prática do turismo, o que exigiu uma maior organização dos bugueiros. No final da década de 80 a atividade passou a ser um dos grandes atrativos turísticos do estado, impulsionando a região e exigindo a organização de trilhas e



procedimentos. Sobre a fase inicial da exploração comercial dos passeios, um dos entrevistados deu o seguinte depoimento:

Na mesma época já havia uma discussão sobre a questão do uso daquelas dunas, “tá”? Que era a questão dos bugueiros em cima das dunas e o impacto que eles tinham. Isso em 86 (oitenta e seis), 87 (oitenta e sete). E na realidade não tinha nenhum estudo desse impacto. E foram feitas várias reuniões aí envolvendo o governo do estado, as prefeituras municipais, os proprietários, no caso de entidade ambientalista só tinha a ASPOAN - ONG ASSOCIAÇÃO POTIGUAR AMIGOS DA NATUREZA. [...] Os bugueiros naquela época eram extremamente ignorantes da questão ambiental, eu acho que hoje até já melhoraram muito, mas eram extremamente ignorantes, certo? Da questão ambiental. Eles não admitiam, por exemplo, a existência do Código Florestal e de uma lei que pudesse proibir o uso de Áreas de Preservação Permanente. E já havia uma ideia de criar um parque, um Parque Ecológico em Jenipabu, entendeu? Talvez seja a ideia matriz da questão da APA, não é? (TG11).

O passeio de buggys sobre as dunas de Jenipabu passou a gerar um fluxo de capital na área, pois, além do gasto com o próprio passeio, seu tempo de duração, que muitas vezes era de um dia inteiro, exigia dos visitantes também gastos com alimentação. O fluxo de visitantes na área fez surgir uma quantidade de empreendimentos, que em sua maioria são de propriedade de moradores locais que exploram a culinária de frutos do mar. Os bares e, principalmente as barracas de beira de praia aproveitam a presença dos turistas e oferecem serviços de bebidas e alimentação. Por se tratar de uma área procurada com a finalidade específica dos passeios de buggy, e pela proximidade com Natal, a hospedagem nunca chegou a se tornar uma necessidade local, o que justifica a pouca quantidade de hotéis e pousadas instalados na região.

As paradas em pontos estratégicos para contemplação abriram espaço para algumas atividades complementares, como presença de vendedores ambulantes com produtos variados (souvenir) e bebidas. Os proprietários dos terrenos nos quais aconteciam os passeios, por exemplo, passaram a cobrar uma taxa de uso sobre as áreas utilizadas. Este processo de valorização e inserção de infraestrutura é lembrado por um dos entrevistados (Leia-se CA – Comunidade APAJ):

[...] 75 (setenta e cinco), 79 (setenta e nove), que também foi a criação do Bar do Pedro, que é o nosso bar de referência. O bar do Pedro foi o primeiro bar de Genipabu. [...] Pedro foi o cara que fez Genipabu naquela época. [...] Então esse Pedro foi um dos primeiros que comprou [propriedade] do nativo, e fez um “restaurantão” bom, e começou a criar a questão do receptivo de Genipabu com essas agências de turismo (CA2).

Este processo de criação de infraestruturas corrobora com o pensamento de Santos (1994, p. 32) quando ele afirma que:

As infraestruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção, mas também do seu destino, o que obriga a

levar em conta os processos da circulação. Em outras palavras, as infraestruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar.

Conforme o Plano de Manejo da APAJ (2009), foi neste contexto que se iniciou o processo de criação da APA Jenipabu, ou seja, a partir do desenvolvimento de um turismo voltado para o passeio de buggys nas dunas. Este processo enfrentou dois grandes obstáculos: o interesse dos proprietários das áreas em cobrar pelo uso de suas propriedades, e as potenciais alterações aos recursos ambientais disponíveis, caso a atividade não fosse realizada de maneira sustentável. Este fato é confirmado por um dos moradores quando diz que:

[...] ela [a APAJ] surgiu no governo Vilma após pressão dos bugueiros pra criar a área de trabalho deles. Porque eles “tavam” sentindo que as pessoas, os proprietários, os reais proprietários da terra “tavam” fechando, e o quê? Eles ficavam sem espaço, ficariam sem espaço. Então fizeram pressão na governadora e a governadora foi e desapropriou uma área, que “tá” sob judice até hoje (CA1)

A solução para o conflito gerado, bem como para a conservação dos recursos ambientais, à época, foi a elaboração de um Termo de Acordo Extrajudicial, com cunho de título executivo, sob a presidência da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, com o comprometimento de diversos setores envolvidos, e a interveniência do Ministério Público Estadual. Este Termo teve como objetivo ordenar e disciplinar o uso das dunas e conter ou reduzir a degradação ambiental, sem prejuízo da atividade turística, embora seu resultado prático fosse insignificante, uma vez que não tinha valor legal. Sobre este aspecto relatou um dos entrevistados:

Foi engraçado que em numa das reuniões ele [representante do Ministério Público do Estado – MPE] disse assim: “não, vamos propor um contrato extrajudicial, pra fazer”. Ele mesmo admitiu: “olha gente, só que não vai ter nenhum valor legal, porque nós estamos passando por cima de toda a legislação ambiental” (TG11).

Este depoimento demonstra como, impera nesses espaços da racionalidade, o mercado tirânico e a impotência do Estado. Todas as ações são dispostas para que os fluxos hegemônicos corram livremente, subordinando os demais fluxos, quer sociais, quer ambientais. Por isso, também, o Estado tende a ser enfraquecido, visando à passagem livre e desimpedida da ação soberana do mercado (Santos, 1994). Dinâmica confirmada pelo entrevistado TG11:

Esse que é o problema da questão ambiental, não é só a nível municipal local não. Isso é no mundo inteiro, sabe? Ela esbarra nos interesses econômicos. [...] O problema do Estado é que às vezes, a mediação dele tende “pro” setor mais forte. O problema que o nosso Estado no Brasil isso reproduz, aqui no Rio Grande do Norte mais forte, as correntes de

dominação econômica é que dominam as estruturas do estado. Essas próprias correntes estabelecem o estado como uso quase privado, aí elas sempre se favorecem.

Seguindo o contínuo do processo histórico, como parte do acordo firmado estava a elaboração de um amplo estudo do local, visando o levantamento da situação e o acompanhamento da atividade, além da realização de pesquisas objetivando a preservação e conservação das Dunas de Jenipabu. Em virtude da ausência do estudo supracitado, o IBAMA interditou a área em dezembro de 1994 para a realização do referido estudo.

Visando estabelecer critérios de uso para a atividade dos “bugueiros”, para que, conseqüentemente, fosse cessada a interdição das dunas, e ainda, preocupado com os impactos negativos causados ao turismo, o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (CONETUR), entidade constituída pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e principais representantes privados do setor, solicitou a imediata intervenção do Governo do Estado, através do IDEMA, para a resolução do problema.

A criação de uma APA foi a alternativa mais viável para se dar início, de forma rápida e eficiente, às atividades de preservação ambiental da área abrangida ao mesmo tempo em que se buscava a manutenção de importantes atividades econômicas existentes, como afirma um dos entrevistados:

*Ela [a APAJ] surge da importância da área [...] como principal cartão postal de divulgação do turismo no Rio grande do Norte. Vinculado à questão é... Do interesse paisagístico, a paisagem da duna com a lagoa, e na questão socioeconômica também com a atividade de buggy. [...] Então, os atributos que levaram a esta área, para definir como de importância ambiental foi destacadamente a questão, foi vinculada ao turismo. [...] Então é importante a gente destacar que esse foi um movimento com o foco mesmo no turismo, e o turismo voltado pra questão paisagística. [...] Junto vem a questão do interesse mercadológico. Tanto na questão fundiária da propriedade da área, como também na comercialização dos passeios. Então, essa área ela passou a ter uma importância não só no aspecto ecológico, o disciplinamento era uma forma também de garantir uma sustentabilidade socioeconômica dos envolvidos (TG9).*

Esta informação confirma o pensamento de Santos (1994, p. 50, grifo nosso) quando ele afirma que:

Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção. **A construção e a localização dos objetos estão subordinados a uma intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, senão uma combinação das duas intencionalidades.** Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico, ao serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente.

Desse modo, foram criados os arranjos institucionais necessários para a atividade de passeio de buggy e a conservação da natureza. A visitação na área passou a gerar significativo fluxo de capital, envolvendo diferentes serviços e empreendimentos de apoio aos visitantes com a gestão do poder público estadual como informa um dos entrevistados:

O estado enquanto poder público, pra essa área ser especialmente protegida ela tinha que ser formalizada. E aí o estado definiu, puxou pra ele, o Rio Grande do Norte puxou pra ele essa missão, quando ele definiu o espaço como estadual. Então ele é o gestor maior dessa unidade. E aí, o poder público estadual tem que dotar pra cumprir o que “tá” no objetivo do seu decreto, ele tem que implementar várias ações (TG9).

A partir dos incentivos ao turismo, da proximidade da capital, das condições únicas cênico-paisagísticas, e da “aventura” que os passeios de buggys evocam, a APA de Jenipabu tornou-se um dos mais importantes destinos turísticos no estado do Rio Grande do Norte, divulgado em todo o Brasil e no mundo. Esta informação coaduna com a análise do espaço que Santos (1994, p. 14-15) faz quando afirma que “a exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico”. Todavia, tal intervenção em prol da criação da APAJ, segundo morador do entorno da APAJ:

Na verdade a criação ninguém soube, foi um decreto, foi Garibaldi, esse decreto veio de cima pra baixo, ninguém nunca entendia e nem sabia o que era APA. [...] nunca vieram, nunca os órgãos gestores vieram pra gente pra orientar e explicar. [...] O ecoposto foi instalado, nós nem convidados fomos, fecharam a lagoa de Genipabu, a comunidade não foi nem avisada, pra você ter uma ideia! Esse povo tomava banho nessa lagoa há vinte, trinta anos, as “veinha”, criança, tudo. De repente disseram: “não pode mais tomar banho na lagoa”. Pergunte se chamaram alguém pra dizer isso, se dialogaram com alguém (CA2).

Não foram atingidos, não foram atingidos [objetivos de criação da APA]. Porque o objetivo, objetivo principal é você tornar a APA, Área de Proteção Ambiental, ela sustentável, e ela, vamos dizer, orgulhosa do que ela é. E hoje ela não é nada, inclusive, muito criticada pelos próprios moradores, porque eles não, porque não entende o que não foi ensinado. [...] O Estado não chegou pra falar: “olha, vamos fazer uma salinha de aula, vamos ensinar pra vocês o que é uma APA, o que vai ser a APA, como vai se comportar a APA daqui pra frente”, num foi feito isso, foi feito o que? Foi feito um decreto de cima pra baixo, e o analfabeto, o “Zé ninguém” lá, não entende isso, ele não entende isso. Num foi, não deram subsídio pra ele entender (CA1).

Tais posturas, por parte do poder público, se configuram, portanto, como “uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes” (Santos, 1994, p. 45). O autor, analisando a atual sociedade ainda afirma que esta realidade torna possível o estabelecimento de novas dinâmicas regionais, tornando aquelas áreas em apenas regiões

do fazer, do fazer sem o reger. Com isto, quanto às intencionalidades da APAJ para a prática do turismo há o questionamento se esta foi criada por causa da existência do turismo ou para que houvesse turismo após a criação. Um dos entrevistados respondeu:

Os dois tem sentido. Sabe por quê? Porque um precisava do outro. [...] Então eu passo desse pressuposto, ali o pressuposto foi, vamos vê, a questão da limitação ambiental e de preservação do bem econômico para o turismo. Porque eles iam se continuasse daquele jeito eles iam detonar, e engraçado os próprios bugueiros despertaram pra isso. Eles mesmos viram o seguinte: “perai’, vão matar a galinha dos ovos de ouro? Não, ‘vamo’ manter a galinha. Todo mundo ganha, os proprietários ganha (sic), a gente ganha e o bem fica aí”. [...] Porque esses mecanismos [o ordenamento] são de interesse do próprio. A gente analisando a partir do interesse do objeto natural, do bem natural, o bem natural sempre é o último que eles pensam. [...] [a APA] foi criada para o turismo (TG11).

Esta realidade assim se apresenta, pois o que se tem na atualidade são solidariedades organizacionais: “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços” (Santos, 1994, p. 45). Todavia, como já foi dito por Santos (1994), as intencionalidades podem ser mistas, tanto mercantis, como simbólicas (ibid.) e, portanto, deve-se ponderar também acerca dos benefícios decorrentes da criação da APAJ, das mudanças concreta no cotidiano da população autóctone. Nas palavras de uma moradora:

De qualquer maneira salvaguardou [os recursos naturais]. Não foi da forma correta, “né”? O modo de ser que não foi coerente com a realidade local. Mas ela veio, “né”? A gente fala muito, por exemplo, a própria lagoa que era privada e, assim, o pessoal diz muito “se a lagoa não tivesse sido fechada (eles mesmos dizem), hoje, “taria” (sic) um tráfico de drogas”, que dizem que a lagoa era muito, refúgio, “né”? De bandido, de traficante, “né”? As pessoas que iam pra lá escondido. Não tinha ordem nenhuma, as pessoas iam pra lá, entravam, saíam sem nenhuma limitação, sem nenhum ordenamento. Então assim, embora o formato não tenha sido adequado, o ideal, ele foi resolutivo. Que se não realmente nós estaríamos com muito mais construções, nós estaríamos com muito mais desordem, “né”? Queira ou não queira, a criação veio chamar atenção e veio frear o impacto. Porque se a “bicha” [a APA] não viesse, pior seria, “né”? Dum predinho que a gente teve ali, hoje nós temos, por exemplo, daqui até o morro não tem nenhum prédio. Foi bom, não foi? Foi bom, não foi? Já pensou se tivéssemos por aqui dez prédios de dez andares? “uh la la”, “uh la, la”. Então assim, ninguém pode negar que foi bom. [...] Outro dia eu tive um depoimento que eu fiquei assim feliz, que a menina dizia: “[...], a gente mora numa APA, diz que vale ouro morar numa APA!” (CA2).

Verifica-se, portanto, que o discurso para a conservação dos recursos naturais esteve presente em todo o processo histórico para criação da APAJ resultando em benefícios como os mencionados acima. Contudo, como já dizia Santos (1994, p. 49):

[...] o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar. Em outras palavras, de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade.

Esta vontade dita “distante e estranha” mostra-se através dos impactos gerados pela característica globalizante do turismo: o aumento das viagens em decorrência da popularização do turismo de massa. Tal modalidade de turismo vem sendo crescentemente estimulada pelo empresariado, graças, sobretudo, às facilidades tecnológicas e de informação. Todavia, incorrendo em contradição, cada vez mais se torna evidente a influência do turismo de massa para a não conservação dos ambientes naturais e sociais dos quais esta atividade sobrevive (Cacho & Azevedo, 2010).

Ainda de acordo com os autores supracitados (p. 50), apreende-se que “os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção”. Dessa forma, nas entrelinhas dos sistemas de ações predominaram motivações subordinadas a uma intencionalidade mercantil estranha ao lugar, que impediu o pleno envolvimento da população residente e o desenvolvimento de uma conscientização ambiental, apesar do discurso voltado à contenção da degradação ambiental. Uma conscientização que permitisse um sentimento de pertencimento da parte dos moradores e uma valorização dos visitantes no processo de criação da APAJ.

### ***Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT)***

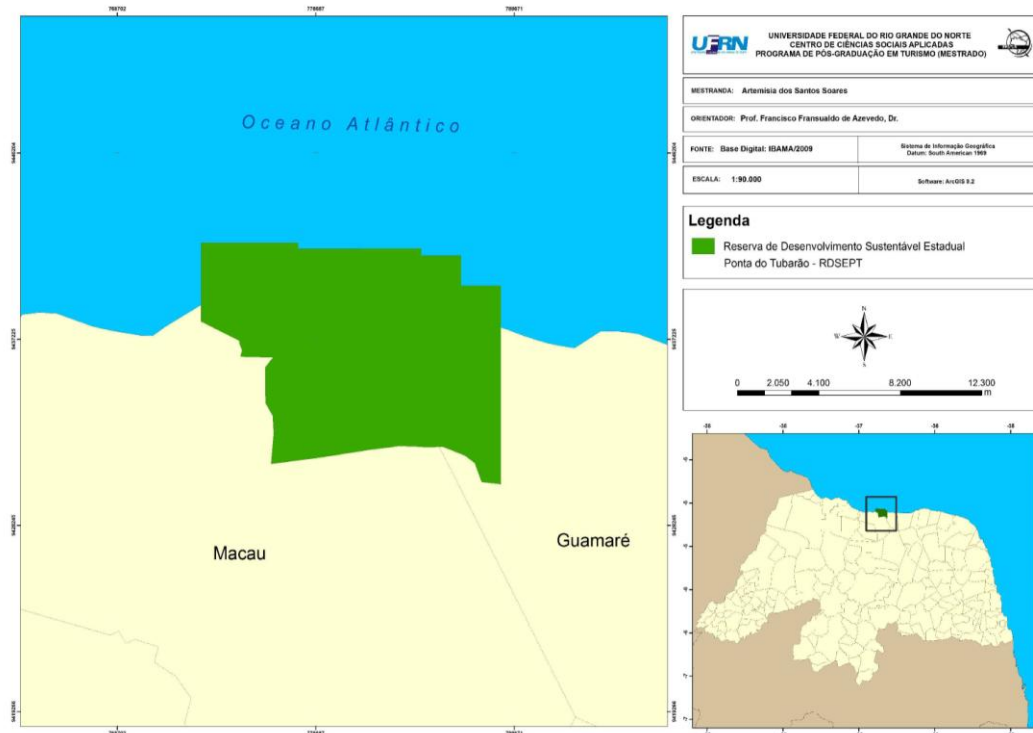
A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) está situada nos municípios de Guamaré e Macau, região setentrional do estado do Rio Grande do Norte, sendo composta por seis comunidades tradicionais: Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau, e Mangue Seco I e II e Lagoa Doce, localizadas em Guamaré. A área total da Reserva (Ver Mapa 2) abrange um território de 12.960 ha e está inserida no polígono delimitado pelas seguintes coordenadas: latitude 5°2' S e 5°16' S e de longitude 36°23' WGr e 36°32' WGr, incluindo uma parte terrestre e outra marinha (Rio Grande do Norte, 2003).

A RDSEPT encontra-se em dois municípios importantes no contexto econômico do estado, tendo em Macau um destaque na produção de sal, tanto em escala regional como nacional, e em Guamaré a carcinicultura, que faz do estado o principal produtor de camarão



do país (Ver Mapa 2). Além dessas atividades, Guamaré e Macau também são importantes produtores de petróleo e gás natural, o que teve influência fundamental na designação do perímetro da UC. Essa questão foi bastante discutida no processo de criação, quando se resolveu excluir os pontos de produção de petróleo com a finalidade de evitar conflitos diretos com a indústria petrolífera (IDEMA, 2007).

**Mapa 2 - Mapa de localização da RDSEPT.**



Fonte: IDEMA (2007).

Também a pesca artesanal tem papel importante na economia da região e da RDSEPT, sendo a principal fonte de subsistência de boa parte da população local. A pesca artesanal, como fator importante de aglutinação da população, traduz a ideia de população tradicionalmente pesqueira. No caso da RDSEPT as comunidades têm uma significativa produção e Diogo Lopes desponta como a principal delas. No âmbito do estado, Macau representa a segunda maior produção de pescado, perdendo somente para o município de Natal, que conta com expressiva pesca industrial. Guamaré também se destaca nessa atividade, que é realizada na região estuarina e na parte mais costeira do município.

A pesca é uma das principais fontes de absorção de mão de obra local, é a base alimentar da população, sendo um dos componentes mais significativos da renda familiar, imprescindível para a dinâmica da economia municipal (IDEMA, 2007, p. 12).

O processo histórico de criação da RDSEPT se dá a partir do interesse da empresa Participações e Administração Ltda (PPE), em 1995, que solicitou ao Delegado do Patrimônio da União o aforamento de uma área de aproximadamente 1.300 ha, situada na restinga Ponta do Tubarão, para a compra por italianos destinados a construir um resort. Esse acontecimento gerou revolta na população que, através do seu alto grau de organização, passou a se mobilizar contra a ocupação da área de uso comum em que desenvolvem suas atividades tradicionais. Entidades comunitárias e lideranças religiosas levaram para os órgãos públicos, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), a situação em questão. Como resultado, conseguiram tanto a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Macau como na comunidade de Diogo Lopes, contestando o pedido de aforamento da restinga para aquela empresa (Nobre, 2005).

Em novembro de 2000, empresários tentaram ocupar ilegalmente o manguezal para a construção de viveiros de camarão, devastando e queimando uma área de aproximadamente 60.000 m<sup>2</sup> de manguezal na Ilha dos Cavalos. Então, novamente as comunidades afetadas com esse acontecimento se mobilizaram e perceberam que era necessário buscar apoio institucional e legal para promover a proteção dos recursos naturais e dos espaços utilizados nas práticas que garantiam sua subsistência. Um dos entrevistados descreve esta fase conflituosa da seguinte forma:

*O processo de criação da reserva, foi, iniciou com um processo popular, né? Ou seja, uma iniciativa da comunidade. [...] Porque dois fatos históricos, não é? A queima dos barracos, não é? Dos ranchos dos pescadores, através desse especulador que comprou a terra, comprou a terra, tem o registro da terra, eles têm o registro da terra, tem a cessão. [...] [para a construção de] Um resort, tem a cessão do patrimônio da união, também, o patrimônio da união deu a cessão, o direito de uso daquela terra pra o empreendedor. E a partir desse momento foi que, foi dois, foi dois marcos podemos dizer, a queima dos ranchos dos pescadores, por esse empreendedor, visando a questão de bloquear a ocupação do solo por parte dos pescadores, e um segundo momento foi a expansão da carcinicultura no Rio Grande do Norte. Onde começou, começou os primeiros momentos começou a ter os primeiros viveiros em Diogo Lopes. Então a partir desse momento os pescadores analisaram “vamos perder nosso espaço”, “vão degradar aquilo que a gente tem como reserva de mercado, que é a natureza”. Então eles pensaram que a reserva de mercado deles, pra continuar o trabalho dele, a produtividade dele pesqueira na sua orientação, no seu trabalho como pesca artesanal, a carcinicultura com certeza iria interferir. Porque iria diminuir o espaço pra eles pescarem, e com certeza alterar a questão ambiental, não é? Do ecossistema em função da questão da produtividade, porque todo o estuário, com certeza, tudo que “tá” no mar ele responde a questão do estuário, vem toda parte de nascimento funciona como um grande berçário. Então eles viram assim, o espaço deles sendo ocupados, então eles lutaram. Foi esses dois marcos principais que a população se uniu e garantiu através dos órgãos públicos e ao terceiro setor, não é? As ONGs principalmente, que teve esse avanço e foi criado, é, através de um projeto de lei, foi votado na Assembleia Legislativa, é a criação da reserva (TG10).*

Nota-se a partir deste depoimento que no processo histórico da RDSEPT, “o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar”, contrariando a dimensão mundial que é o mercado. E, concretizando assim, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade através da luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. Em suma, são duas forças contrárias, ao mesmo tempo em que o processo de globalização leva à unificação, surge a necessidade de identificação local e o desejo de diferenciação, gerando, muitas vezes, resistências e lutas contra as forças globalizantes (Cacho & Azevedo, 2010). Pode-se interpretar, portanto, o processo histórico de formação da RDSEPT, como demonstração da dinâmica lugar-mundo preconizada por Santos (1994, p. 16, grifo nosso):

Desse modo, o **lugar** torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nestas condições, **o que globaliza separa; é o local que permite a união**. Defina-se o lugar como a extensão (sic) do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário.

A partir desta dinâmica de embate entre o lugar e o mundo, foi possível realizar um evento – I Encontro Ecológico - para atrair a atenção das comunidades, imprensa, ambientalistas e autoridades, assim como buscar apoio da comunidade científica, órgãos ambientais governamentais e não governamentais, poder judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Procuradoria do Direito do Cidadão. O I Encontro Ecológico aconteceu no ano de 2001 e teve como resultado a elaboração de uma moção e um abaixo-assinado contando com mais de 1.300 assinaturas solicitando ao IDEMA o estabelecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Tubarão, que mantinha em seu território 18 entidades da sociedade civil dos municípios de Macau e Guamaré (Nobre, 2005). Neste I Encontro Ecológico foram discutidos e firmados os limites territoriais para criação da RDSEPT, como detalha um dos entrevistados:

Então, surgiu no I encontro ecológico, surgiu a ideia de criação de uma unidade de conservação, é municipal. Então a primeira ideia foi criar uma, uma unidade de conservação só no município de Macau. Porque a RDS compreende dois municípios: Macau e Guamaré. Aí quando veio a interferência do governo do estado, e esse, essa Unidade de Conservação, eles queriam que fosse mais abrangente, terra, o espaço, terra, mar. Concentração do espaço, terra e mar, não poderia ser municipal. E começou-se a pensar na relação estadual, chegou a um determinado momento que as Unidades de Conservação que adentra (sic) a parte marítima teria que ter o consentimento da federal, ou então do IBAMA, não é? Que era responsável pelas Unidades de Conservação. Então a partir do momento que foi articulado, que foi discutido, várias reuniões com os órgãos ambientais tanto a GRPU, como a área de domínio da União teria que com, foi convocado vários segmentos da sociedade, não é? Pra discutir essas questões. Sendo esse segmento o setor público, dentre os quais: o órgão ambiental estadual, a prefeitura municipal de Macau, o IBAMA e a

GRPU, o patrimônio da união, porque o território é sobre a responsabilidade da União. Porque ainda “tá” naqueles, “tá” o território é acrescido de marinha, não é? É o terreno de marinha, acrescido de marinha. Foi feitas essas reuniões com os parceiros, não é? Os atores responsáveis, e a partir desse momento é como, começou-se a pensar a questão do território, como poderia ser esse território? Pensando na questão do território, se pensou na divisão, seria parte do município de Guamaré e parte do município de Macau. Onde compreenderia as comunidades, não é? De Barreiras, Diogo Lopes. Como, pra ser uma Unidade de Conservação estadual, teria que ser mais de um município aí se pensou em incorporar as comunidades de Lagoa Doce, Mangue Seco I e Mangue Seco II (TG10).

Em 2002, de 05 a 09 de junho, foi realizado o II Encontro Ecológico com a finalidade de reforçar a luta pela proteção e conservação daquela área, obtendo como resultado a reafirmação da moção que solicitava ao IBAMA, IDEMA e GRPU agilidade no processo de criação e implantação da Reserva.

De acordo com Nobre (2005, p. 99) “após a mobilização das comunidades através deste encontro, diversas reuniões foram realizadas para a elaboração do Decreto-Lei, como proposição para criação e delimitação da área da reserva”.

Assim, em abril de 2003 a proposta do Decreto-Lei de criação da reserva foi conduzida ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), que a aprovou ainda no mesmo mês. Esta aprovação contou com a presença de mais de 100 pessoas das comunidades de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, dos municípios de Macau e Guamaré, evidenciando o posicionamento da comunidade (Nobre, 2005).

O ano de 2003 foi um marco para as comunidades que lutavam pela criação e implantação da Reserva, pois no período de 05 a 08 de junho daquele ano foi realizado o III Encontro Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras, contando com a participação de 23 entidades do município de Macau/RN, tendo como um dos principais resultados a assinatura do Projeto de Lei pela então governadora Vilma de Faria. Os participantes do Encontro solicitaram à Assembleia Legislativa, através da aprovação de uma moção, urgência na análise e adesão da RDS Ponta do Tubarão. Eles também redigiram uma recomendação com 14 itens, na qual se destacava a participação das comunidades no processo de criação do Conselho Gestor da Reserva (Nobre, 2005).

No dia 26 de junho de 2003 com o comparecimento de mais de 100 ativistas das comunidades pertencentes à Reserva foi aprovado na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de criação da RDS Ponta do Tubarão. Na sequência, no dia 18 de julho a governadora Vilma de Faria ratificou a Lei Estadual nº 8.349 criando a Reserva, que foi publicada no Diário Oficial no dia seguinte (Nobre, 2005).

Após este relato, percebe-se que o processo histórico da RDSEPT evidencia o pensamento de Santos (1994, p. 16) quanto à categoria de análise<sup>6</sup> geográfica “lugar”. Pois, segundo ele o lugar é a “união de homens por suas semelhanças”, a “união dos homens pela cooperação na diferença”. E por isso, “a grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo - que é a fragmentação do mundo - descobre que não é isolada, nem pode estar só”. Este lugar, neste trabalho, é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Assim, esta dinâmica confirma o pensamento de Santos (1994, p. 27) quando diz que:

Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único.

Seguindo esta premissa, após a criação da RDSEPT, foi criado em 2004 dentre outros GTs (Grupos de Trabalho), o GT de Turismo da RDSEPT, com o objetivo de reunir todas as potencialidades e serviços existentes na área da reserva, de modo solidário. Isto é, unindo o turismo às atividades econômicas já existentes, não substituindo, mas complementando a renda familiar do residente local sob uma perspectiva embasada no conceito da sustentabilidade (Nascimento & Souza, 2008).

A coordenação do GT Turismo organizou-se conforme cronograma que se dividiu em três fases, definidas como: Fase Embrionária, Fase de Envolvimento e Fase de Desenvolvimento. Assim inicialmente foi realizada reunião para debate das áreas de interesses com os possíveis prestadores de serviços turísticos da reserva. Em seguida foi realizada visita técnica à Prainha do Canto Verde (CE), com intuito de verificar in loco os resultados do Turismo de Base Comunitária (TBC) ali implantado. Cabe ressaltar que, O TBC destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais da de (sic) cada região. (Moraes, 2007).

Por fim, afirma-se que o cronograma previu oficinas assessoradas pelo Instituto Terramar (CE) para implantação do TBC na RDSEPT, proposta de turismo aprovada pelo GT, por meio da realização de eventos como o I e II Seminário de Turismo Sustentável da RDSEPT (2004 e 2006, respectivamente), bem como da participação da coordenação do

---

<sup>6</sup> Refere-se à categoria de análise específica da ciência geográfica. Não confundir com as categorias de análise elencadas para este estudo constantes no Quadro 1.

GT Turismo no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza – CE, em 2008 (Nascimento & Souza, 2008).

Assim, como no processo de criação da RDSEPT, o turismo ali praticado, mantém uma postura de participação, educação ambiental e transformação dos indivíduos. Pode-se ratificar isto através do depoimento de Nascimento e Souza (2008, p. 12), membros do GT Turismo:

*Acreditamos que o turismo é uma ferramenta de crescimento da economia das comunidades da Reserva, mas a economia é apenas um dos três pilares que o Turismo sustenta. Os aspectos sociais, culturais e ambientais são os pilares restantes do desenvolvimento. Temos lutado para que este desenvolvimento e sustentabilidade aconteçam de fato.*

Torna-se evidente, portanto, que o processo de criação da RDSEPT, como também a idealização e a prática do turismo, tiveram como protagonista a população autóctone, fato este possibilitado pela educação ambiental, ainda em fase inicial, que propiciou o desenvolvimento de uma consciência ambiental e de pertencimento ao lugar. Assim, empirizando a fala de Santos (1994, p. 29), quanto este afirma que, para que uma sociedade local incorpore os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo, esta deve “descobrir e por em prática novas racionalidades em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pelos homens, lá onde eles vivem”.

### **Considerações finais: um processo histórico conservacionista?**

Após o relato dos processos históricos de criação da APAJ e da RDSEPT, faz-se necessária uma resposta ao questionamento levantado no título deste trabalho: afinal, tais processos foram embasados em fatores conservacionistas?

Conforme análise realizada a partir das unidades e categorias de análise constante na introdução deste trabalho, é possível observar a presença constante das categorias inerentes à unidade de análise “consumo” no processo histórico de criação da APAJ e a predominância das categorias de análise pertencentes à unidade de análise “conservação” no processo histórico da RDSEPT.

A criação da APAJ foi movida por uma intencionalidade mercantil gerada por uma atividade turística massificada presente na área, gerada como um consumo de moda e vastamente midiaticado. Unido a este processo, se constata uma preocupação com o desenvolvimento e observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do uso e suas limitações em subordinação a uma intencionalidade simbólica de conservação e sustentabilidade das atividades socioeconômicas da população. Todavia, não há o devido



envolvimento da população autóctone neste processo, inviabilizando o desenvolvimento de uma consciência ambiental conservacionista.

Já a criação da RDSEPT, apesar de ter também como pressuposto para criação uma pressão mercadológica de atividades econômicas que visavam ali se instalar, embasadas num sentimento de transitoriedade das coisas como no caso dos carcinicultores, tais pressões geraram reações distintas das encontradas na história da APAJ. Pode-se indicar como um dos fatores principais a atuação direta da população autóctone para a efetivação de uma educação ambiental através dos encontros ecológicos, gerando com isso uma conscientização ambiental e de pertencimento ao lugar, subordinando o desejo da criação do RDSEPT a uma intencionalidade simbólica de conservação e continuidade e, para isto, buscando o desenvolvimento e a observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do uso e suas limitações como regra geral de convivência. Assim, esta realidade torna compreensível a fala de Santos (1994, p. 31, grifo nosso) quando afirma que:

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, **em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores**, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção.

Afinal, ambas se tratam de UCs de Uso Sustentável em territórios litorâneos do RN tendo como técnica predominante a pesca e a possibilidade de unir a esta, a atividade turística, por suas belezas cênicas naturais. Como também, ambas sofreram pressões mercadológicas externas, contudo tendo reações e (in)formações distintas. Por isso, deve-se analisar conforme Santos (1994, p. 31) indica:

Nunca nos devemos esquecer de que o que torna mensuráveis, ou, em todo caso, significativas, as variáveis de análise não é o seu valor absoluto, o que, de resto, aliás, elas não têm. O seu valor é sempre relativo e surge no interior do sistema em que se encontra e em relação com as demais variáveis presentes.

Sob esta perspectiva, o ecoturismo em sua ampla acepção e de acordo com seus princípios tem se apresentado como uma alternativa ao turismo convencional, todavia, não será tal alternativa apenas por ser realizado em um ambiente natural protegido ou por viabilizar o contato com a cultura local, mas primordialmente pelo caráter influenciador e condutor de aprendizado a que se propõe. Desta feita, não se pode desconsiderar o atual contexto de consumo, uma vez que se torna premente um novo posicionamento do ecoturismo na sociedade contemporânea, levando em consideração as raízes teóricas e

ideológicas que o criaram, priorizando, portanto, a conservação em sua totalidade, em detrimento do poder hegemônico do consumo.

## **Referências**

- Brasil. [MMA] Ministério do Meio Ambiente. (2000). SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação– SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA.
- Bruhns, H. T. (2009). A busca pela natureza: turismo e aventura. Barueri, SP: Manole.
- Cacho, A. N. B., & Azevedo, F. F. (2010). O turismo no contexto da sociedade informacional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.4, n.2, p.31-48, ago.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Diegues, A. C. (1998). *O mito na da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC.
- Diegues, A. C. (Org.). (2000). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Engels, F. (1979). *A dialética da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Guerreiro Ramos, A. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- IDEMA. Núcleo de Unidades de Conservação. (2009). *Plano de manejo da área de proteção ambiental – APA Jenipabu*. Relatório de consolidação. Natal.
- Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (Orgs.). (2002). *Ecoturismo: planejamento e gestão*. 4. ed. São Paulo: SENAC.
- Maffesoli, M. (1996). *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes.
- Moraes, W. (2007). O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. *Revista Ecotur*, Mai. Disponível em: <<http://www.revistaecotur.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>> Acesso em: 09 de mai 2011.
- Moreira, I. V. D. (Org.). (1990). *Vocabulário básico de meio ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás.
- Nascimento, A. O., & Souza, J. E. S. (2008). GT de Turismo da RDSEPT: trajetória. *Revista do VIII Encontro Ecológico da RDS Estadual Ponta do Tubarão*. Ano VI. v.1, série 1, p. 11-12. nov.
- Neiman, Z.; & Rabinovici, A. (Orgs.). (2010). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole.
- Nobre, I. M. (2005). *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão*. 260f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Pires, P. S. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Reigota, M. (1995). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.
- Rio Grande do Norte [Estado]. (2003). Lei nº 8.349 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Natal.

- Rodrigues, A. B. (2001). Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1987). O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel (Coleção Espaços).
- Santos, M. (1988). Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos, M. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2006). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Milton Santos).
- Soares, A. S. (2011). O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN. 2011. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Soares, A. S., & Azevedo, F. F. (2013). Consumo e conservação no ecoturismo das UCs Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nelas atuam. In: AZEVEDO, F. F. et al. Turismo em foco. Belém: NAEA, pp.116-136.
- Wallace, G. N. (2002). A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (Orgs.) Ecoturismo: planejamento e gestão. 4. ed. São Paulo: SENAC, pp. 193–139.